CORREIO DO VALE

POR **ANA LUIZA ROSSI**

FOTO: ARQUIVO PMBM



Justiça ainda agendou audiência de acordo entre as partes

BM: Justiça determina suspensão de greve, mas categoria mantém

A Justiça determinou a interrupção imediata da greve da Educação em Barra Mansa e o retorno ao trabalho. Conforme a decisão, foi fixada multa de R$ 500 mil ao Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) – Núcleo Barra Mansa – e de R$ 5 mil aos diretores da entidade por cada dia de descumprimento. O documento também determina que o município promova o desconto remuneratório proporcional aos dias de paralisação considerados ilegais, conforme previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 7.783/1989. Além disso, a Justiça agendou uma audiência para esta quinta (29) para buscar um acordo entre as partes. Mesmo assim, após decisão em assembleia, a categoria decidiu por permanecer em greve, com a organização de um ato nesta sexta (30) e ainda na terça-feira, dia 03, que vai contar com um ato ainda maior em defesa da readequação salarial.

Jefferson Mamede faz esclarecimentos

Durante a 71º Sessão Ordinária da Câmara Municipal, realizada na última terça-feira (27), foi aprovada por unanimidade a lei que estabelece a implementação do piso nacional do magistério público da educação básica do município que será concedido com regência até 41%, que é contestada pelos educadores. Após a votação da matéria, o vereador Jefferson Mamede (PL) utilizou a tribuna para esclarecer a mensagem enviada pelo prefeito da cidade, Luiz Furlani, que foi alvo de críticas da categoria.

ARQUIVO



Vereador prestou esclarecimentos sobre mensagem votada

Piso nacional e princípios orçamentários

Segundo Mamede, a mensagem não tem valor citado, mas foi anunciado pelo prefeito a base nacional considerando 40 horas semanais e está aplicando o valor de R$5.130,63 - o que é justamente questionado pelos professores, uma vez que a carga horária dos profissionais da cidade vai até 22 horas por semana, sem atualização do piso. Ainda, de acordo com o vereador, a data de aplicação e efetivação da lei é para respeitar o princípio da anterioridade e noventena, que acompanham as finanças e o orçamento público.

'Não é uma categoria exclusiva', diz Mamede

"Nós semana passada tivemos que votar uma matéria desagradável e muito difícil para todos nós vereadores. A categoria dos professores precisa ser tratada com distinção. Mas não é uma categoria exclusiva. Sem o professor, não tem médico. Mas sem o médico, não temos o professor com saúde para dar aula. Sem segurança pública, não temos professor se deslocando para dar aula", comparou o vereador.

Garantia de não redução

Mamede se refere a Mensagem nº 29/2026, que atribuiu a responsabilidade de definir o percentual de gratificação da educação ao Executivo de Barra Mansa, por responder pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Furlani, no entanto, teria garantido ao Legislativo de que nenhum professor teria seu salário reduzido.

Manifestação

O vereador afirma que a categoria ainda não teria sido representada na última sessão, onde ocorreu um episódio de agressão entre um manifestante e o vereador Klevis Farmacêutico. "Aconteceu uma baderna causada por pessoas partidárias. Se aproveitaram do momento para fazer suas manifestações de cunho político", disse.

Responsabilidade

Mamede frisou que a votação não ocorreu em tom de satisfação, mas de responsabilidade e com respeito ao ponto de vista de todos os lados. "Respeito o ponto de vista do professor, tive que explicar para muitos professores que e acredito que grande maioria, apesar de não aceitarem, compreenderam a motivação da votação", descreveu.

Aumentos salariais

"A gente sabe que o professor e todos os funcionários querem é aumento. A gente não quer redução e não quer firmar do mesmo tamanho. Nos últimos anos, a categoria que conseguiu vir recebendo aumento face a lei federal foi a dos professores e da enfermagem", afirmou Mamede, que ainda continuou sua justificativa.

'Não existe educação'

O vereador afirmou ainda que o Legislativo e o Executivo teriam sido acusados de não ouvir a categoria mas, que seria impossível sentar à mesa com quem não tem educação. "Não existe diálogo quando não existe educação. Impossível sentar à mesa com quem ofende sua dignidade antes de pedir para sentar na mesa", disparou.

Tabela de nível salarial

O ideal, segundo Mamede, é que seja aplicado uma tabela de nível salarial como era realizado no passado - inclusive, com discussões junto ao prefeito para fazer este pleito em favor de outras categorias. "O que torna factível é aumentar anualmente e diferenciar suas cartegorias pela complexidade do que cada uma entrega", concluiu.

Quatis suspende transporte universitário para V. Redonda

Medida foi tomada após comunicados da UGB, UFF e UniFOA sobre violência

Por **Ana Luiza Rossi**

A escalada da violência em Volta Redonda também provoca insegurança em outras cidades. A Prefeitura de Quatis enviou um comunicado aos estudantes beneficiários que o serviço de transporte público universitário com destino a cidade está suspenso desde quarta, com medida que vale até esta sexta-feira (30).

Segundo a gestão municipal, a decisão abrange os trajetos direcionados aos polos do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA), em Três Poços, do Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), ambas no Aterrado.

– Segundo a Coordenação do Programa Geração do Amanhã, a decisão administrativa segue em decorrência da grave onda de violência urbana verificada na referida localidade ao longo dos últimos dias, preservando a integridade física e a segurança dos estudantes, e levando em consideração os comunicados oficiais emitidos pelas Entidades de Ensino. Uma nova atualização com as orientações pertinentes e a previsão de normalização dos itinerários será veiculada e informada aos alunos - concluiu a nota.

ENTENDA O CENÁRIO

A maior cidade em número de habitantes, Volta Redonda, vive uma verdadeira onda de violência provocada pela tentativa de grupos criminosos avançarem para novos territórios da cidade, em específico, no complexo Vila Brasília, com operações policiais realizadas no total de onze localidades do município.

Tiroteios, mortes, apreensões e prisões foram registrados em diversas localidades e a prefeitura pediu reforço ao governo estadual, que enviou o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), que ocupa o local por tempo indeterminado.

Em meio à crise, o comando do 28º Batalhão de Polícia Militar foi trocado. A tenente-coronel Amanda Neves Ferreira deixou o posto, assumido pelo tenente-coronel Décio Keiji Takamine.

Para deixar a situação ainda mais complexa, investigações da Corregedoria da Polícia Militar, por meio da 5ª Delegacia de Polícia Judiciária Militar (DPJM), suspeita de que policiais tenham facilitado a invasão criminosa na região da Vila Brasília, no último domingo (25).

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO: Registro de Preços para impressão de material didático.
DATA: 16/11/2026 às 11h00 (hora de Brasília-DF).
LOCAL: www.compras.rj.gov.br
VALOR ESTIMADO: R$ 6.322.141,63 (seis milhões, trezentos e vinte e dois mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e três centavos).
PRAZO: 12 (doze) meses.
PROCESSO SEI-260004/002822/2025
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.compras.rj.gov.br, www.cecierj.edu.br, e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).